



BLUMENAU em CADERNOS

Tomo I

Número 4

Fevereiro de 1958

BLUMENAU EM CADERNOS

Tomo I

Número 4

Fevereiro de 1958

O Vale Maravilhoso

Aristides LARGURA

Presidente do Instituto Nacional do Pinho

Convoca-me Ferreira da Silva a prestar minha colaboração com um artigo para as páginas de "BLUMENAU EM CADERNOS".

Não é uma página literária que se me pede, pois que, em tal caso, haveria de partida que proclamar o enderêço errado. Nem de longe posso encontrar, em meus escritos, qualquer sabor literário, capaz de constituir motivo de interêsse para figurar nas páginas de "BLUMENAU EM CADERNOS".

Seria, então, uma colaboração abordando tema ligado ao Vale do Itajaí, à sua gente, aos seus problemas, que um seu filho lhe viria trazer.

Mas, o espaço de tempo que me distancia do momento em que, de partida, me despedi do Vale do Itajaí em busca de pouso em outras plagas, já ultrapassou o quarto de século. E o contôrno das cousas, da vida opulenta que vibra nesse vale que me foi berço, já em mim vão-se esmaecendo, perdendo a forma, perdendo a expressão, para tudo se traduzir num sentimento de saudade, de lembranças de amigos e fatos que, isolados, nada mais exprimem senão o perene amor ao torrão natal.

E como nos sentimos felizes quando encontramos um meio de, aos olhos dos outros, agigantar os encantos de nossa terra e de nossa gente. Cá de longe desejaríamos que todos fôsem conhecê-la.

Foi, talvez, levado por êsse sentimento que, anos atrás, quando no desempenho do honroso mandato de deputado federal por Santa Catarina, promovi a visita ao Vale do Itajaí de um grupo de parlamentares, constituído de ilustres representantes de diversos Estados do Centro e do Norte do País.

A viagem foi feita de avião até Florianópolis. Dali, por via terrestre, seguiríamos em busca do Vale do Itajaí. Aproveitando um mo-

mento que reputei azado, por estar todo o grupo reunido, procurei preparar o espírito dos visitantes, para que a expectativa de um quadro grande e belo, criado em sua imaginação pelo que a respeito da região tivessem lido ou ouvido, não se traduzisse numa decepção. Tratei de colocar as cousas nos devidos termos. Disse-lhes que, ao convidá-los para aquela visita, não esperava brindá-los com a revelação de qualquer cousa de extraordinário. O que ali iriam encontrar era uma civilização impar no quadro que nos possa apresentar o Brasil. Uma região com um padrão de vida médio algo elevado, onde não se encontram as grandes fortunas individuais, mas também onde não existe a extrema miséria. As estradas, as pontes, os edifícios públicos, talvez estivessem aquém do que a decantada opulência do Vale faria prever. Mas uma cousa havia a frizar. Tudo aquilo que ali lhes fôsse dado ver era fruto da iniciativa, do trabalho e do sacrifício dos seus filhos. A usina de energia elétrica; as estradas de rodagem; a estrada de ferro que desbravara os vales; as pontes sôbre os rios voluntariosos; os teatros; os colégios; os hospitais; tudo, tudo enfim, fôra feito pelos seus filhos, às vêzes auxiliados por emprêsas privadas que confiavam em seu espírito de luta e capacidade de vencer.

E se hoje já algumas obras se podem apresentar como executadas pelo Governo Federal, preciso é que se registre que êste ali sòmente compareceu quando de há muito já vinha usufruindo da riqueza que o trabalho privado criara. Obras pioneiras do poder público, que não raro têm constituído a base em que se alicerça o progresso de certas regiões, ali não existem.

Até bem pouco tempo o tesouro nacional dali só carregava.

Nada, assim, esperassem ver de grande na suntuosidade, porque a grandeza ali está no todo, na harmonia do conjunto.

É êsse o edificio construído com a colaboração anônima e pequenina de cada um, que foi crescendo com o correr dos anos, graças ao espírito de ordem, amor ao trabalho, perseverança e fibra ao enfrentar as adversidades e incompreensões. Desbravando matas, conquistando vales, cultivando o solo, erguendo fábricas, civilizando, o braço anônimo construiu o Vale do Itajaí.

Esta, talvez, a maior razão do amor que lhe devotam os que tiveram a ventura de ali nascer.

O amor ao que é seu. Seu, porque o construiu.

A capela que ainda hoje se conserva em Armação, no município de Itajaí, na Ponta do Itapocoroí foi fundada por Bento da Silva Veloso e Tomé da Silva, com provisão de 27 de abril de 1759. Em 30 de julho de 1815, por ocasião de uma visita episcopal, foi elevada a Curato e teve por primeiro cura o Padre José Antônio Martins.

— * —

COMO SOCORRO AS VÍTIMAS DA ENCHENTE DE 1880, a Sociedade Central de Geografia de Berlin, mandou para Blumenau a soma de 2.099 marcos, em moeda corrente.

— 62 —

A FOME DE OURO E PRATA

Almirante LUCAS A. BOITEUX

I

Fisqueiras d'Itajaí

I — “Uma das inquietações, quiçá a maior, dos colonos, que estanciavam em S. Vicente e, depois, em Santos e S. Paulo, vindos já da metrópole desligados de todos os liames morais e talvez afetivos, obliterados por educação elementar e bruta, pela cupidez aguçada e a audácia incontida, foi a de bater os aros dos seus arraiais, palitando sófregos, atormentados, a terra virgem, esmerilhando álveos e caneiros de rios, farejando miudamente lapas e grotões, à cata de riquezas minerais, de pedrarias, de gemas faiscentes” — disseram nós em outro desadornado trabalho.

A lenda estonteante da existência do argênteo metal na costa sul do Brasil, parece se ter difundido pela Europa ocidental depois da chegada à Lisboa dos navios exploradores de D. Nuno Manuel (1513-14), trazendo entre outras novidades um machado de prata tomado aos silvícolas ribeirinhos do Paraná-guassu, grande rio do continente e que, por isso, passou a ser conhecido e chamado da **Prata**.

Por 1516, um dos navios da expedição castelhana, chefiada pelo infortunado capitão português João Dias de Solis, de regresso à Espanha, deixou na ilha de Santa Catarina, em trágico naufrágio, um grupo de marujos. Pelos naturais da região foram informados da existência de riquezas metálicas no interior do país.

Um dos supérstites, o português Aleixo Garcia, fascinado pelo que lhe contavam os ameríndios, de parceria com outros companheiros e um bom lote de indígenas, vaqueanos do remoto sertão, atirou-se à conquista do novo veio d'ouro. De volta, vitorioso, carregado de opimos despojos, tomou com seus sequazes em sangrenta emboscada, que lhe ar-

maram os terrantezes da região invadida.

E a fama de um rei branco, o **El-Dorado**, como o chamaram os castelhanos, senhor de inesgotáveis tesouros, continuou a deslumbrar os aventureiros europeus.

Arribando, em 1525, ao Pôrto dos Patos (Santa Catarina) um galeão espanhol da frota de Frei Francisco Garcia Joffré de Loaisa, sob o comando de D. Rodrigo de Acuna, seus patricios ali radicados lhe entregaram “quasi duas arrobas (30 quilos) de ouro, e prata e outro metal (?) muito bom para que as entregasse a el-rei d'Espanha, juntamente com uma descrição das riquezas da terra”. Infelizmente, o escaler que transportava a preciosa carga para bordo, devido à braveza do mar, emborcou, perdendo-se com ela um bom grupo de marujos.

Em fins de 1526 arribava à Santa Catarina a expedição castelhana, que demandava às Molucas, sob o comando de Sebastião Caboto. Deslumbrado com o que lhe contaram os cristãos ali radicados a respeito do reino remoto e fabuloso, Caboto desobedece às ordens reais, abandona o objetivo e mergulha no estuário do Prata, remonta o Paraná em demanda do fascinante **El-Dorado**, sacrificando grande parte de seus acompanhantes.

Eis que chega, em 1532, o capitão português Martim Afonso de Souza, encarregado de recorrer a costa e alimpá-la de advenas. Também, tocado da ambição de riquezas fáceis, exaltadas por informações colhidas em Cananéia, lança ao sacrifício oitenta homens das equipagens de sua frota.

E apesar d'esses malogros, a lenda não se desfaz; o trecho da costa meridional do Brasil, entre Cananéia e o cabo de Santa Maria passou a ser conhecido entre os aventureiros de todos os matizes

pela designação da "Costa da prata e ouro".

No entanto, meio século decorrerá desde o descobrimento; e, ao que se sabe, sem que as terras brásilicas apresentassem o mínimo vestígio dos cubiçados metais, muito embora, dia a dia, mais se dilatasse o campo de suas continuadas, incansáveis pesquisas.

Alfim, em 1552, rezam as crônicas, era o Governô da metrópole informado pelo primeiro Bispo do Brasil, o malsinado D. Pedro Fernandes Sardinha, do achado de ouro nas bandas do sul, em as ásperas costeiras das donatárias de Pero Lopes e Martim Afonso de Souza, notícia essa, pouco depois (1554) confirmada pelo padre jesuíta, José de Anchieta.

A alviçareira nova propagou-se rapidamente, qual um sismo, não só entre as miseráveis aldeias portuguezas d'além mar como entre os mesquinhos núcleos da nossa extensa costa, determinando um surto ao moroso movimento migratório para as bandas do sul e, como é de ver, excitar mais ainda a audácia dos descobridores, que passaram a se agrupar para novos e mais largos empreendimentos. D'aí a organização das célebres entradas e das decantadas bandeiras.

II — Rompe o século XVII. As terras dos Patos e dos Carijós, assim conhecidas a costa catarineta e sua projeção para o occidente, passam a atrair forasteiros. Pedro Sardinha, patriarca e pioneiro da mineração do ouro no Brasil, e devassador do sertão, acabou morrendo, conforme nos mostra o mestre Taunay, no arraial do capitão-mor Lázaro da Costa, no sertão dos Carijós, em 1615. Também, por esse tempo, Henrique da Cunha, magnata de grande fortuna, notável bandeirante e notório apresador de ameríndios, falece no mesmo sertão. Ora, êstes e outros desabusados paulistas e europeus deviam ter vasculhado todos os recantos do território catarinense na faina incontida da descoberta de ouro e prata aliada à fúria escravagista. Querem nossos velhos cronistas que o paulista Capm. Gabriel de Lara, por 1640, fôsse o primeiro a descobrir veios auríferos nas encostas vizinhas à pó-

voa de Paranaguá. Como é natural, as amostras do precioso metal, por êle levadas a exame em S. Paulo, despertaram logo a fome de ouro entre os moradores da vila e seus arredores, levando-os assim a abalar para o sul.

Em 1645 outro audaz bandeirante Francisco Dias, genitor do Capm. Francisco Dias Velho, povoador da ilha de Santa Catarina, em uma das suas arrojadas incursões ao sertão dos Patos nêle pereceu.

Entre essa data e a de 1648 uma bandeira chefiada por Antônio Domingues encaminhava-se para os chamados "Campos de Bituruna" (Buturuna, Ubuturuna, Voturuna, que no dizer tupi-guarani significa "Serra Negra"), no vale do rio Uruguai, território catarinense, em demanda de catas auríferas. "O intento colimado pela bandeira que se dirigiu ao sul do Iguassu — escreve o Dr. Taunay com sua alta autoridade na matéria — e atingir o norte do Uruguai, veio a ser a exploração do ouro, que se dizia existir no morro de **Ibituruna** (Serra Negra), onde as lendas da época situavam maravilhosas riquezas."

Em março de 1649 abicava a Paranaguá Eliodoro d'Ebano, General da Armada das canoas de guerra das costas do sul, encarregado do exame e entabolamento das minas que tinham sido descobertas no Distrito e das mais que se viessem a descobrir como em qualquer outro das Capitánias do Sul. Ao Rio enviou êle amostras do metal delas extraído.

O Provedor geral da Fazenda Pedro de Souza Pereira, em 1653, realizou uma viagem de inspeção aos povoados do sul. Em Paranaguá colheu do Piloto Daniel Gonçalves "homem de mar de muitos anos, e morador antigo em São Francisco do Sul", detalhadas informações referentes à costa e portos de Santa Catarina, como Porto Belo, Caixa d'Aço e, com certeza, não tendo sido o rio Itajaí es- quecido.

III — Com poderes do marquês de Cascais, então de posse das terras da Donatária de Santo Amaro e Terras de Sant'Ana, veio estabelecer-se no interior da ilha de

São Francisco do Sul e seus aros o Capm. Manuel Lourenço de Andrade, com a família, escravos, administrados e um grupo de companheiros colonizadores. Corria o ano de 1655. Entre as sesmarias por êle distribuídas aos acompanhantes, uma coube a certo **João Dias de Arzão** no interior da dita ilha, compreendendo nela a lagoa de Acaraf, que sangra no mar.

Esse latifúndio, ao que parece, alcançava a chamada "Barra-grande" da formosa baía de Babitonga, cuja margem sul, constituída por encosta rochosa, é conhecida até hoje por "João Dias". Nesse cabo se ergueu em tempo, belo farol, depois transferido para a ilha da Paz, e hoje aninha um discreto forte. O referido colono, pelo que se deduz, estendeu sua propriedade territorial mais para o sul, pois ainda se depara o nome "João Dias" a assinalar uma das pontas penhascosas do pinturesco promontório de Itapocoroí, que Alfredo de Taunay tão magistralmente soube descrever em "Céus e terras do Brasil".

Os referidos colonos, como é de crer, além do arroteamento e cultivo da terra, da pecuária e da indústria da pesca, empregavam boa parte do tempo em bater os arredores, palpar a terra, sondar álveos de rios, etc. à cata de faisqueiras de metais preciosos.

Com certeza, as zonas regadas pelos múltiplos afluentes do Itajaí não deixaram de ser farejadas por aquêles cupidos e audazes aventureiros. As nomeadas minas de Ibiturunas foram ainda visitadas entre 1670 e 78 pelo administrador Agostinho de Figueiredo.

IV — Da tormentosa e esgarçada expedição de Jorge de Macedo, em 1679, que se propunha levar reforços a D. Manuel Lôbo, empenhado na fundação da Colônia do Sacramento, às margens do Prata, fazia parte saliente o Capm. Cornélio de Arzão, possivelmente próximo parente do referido João Dias de Arzão que, por êsse tempo, — segundo o Dr. Luiz Gualberto, partia da vila de Nossa Senhora da Graça do rio de São Francisco do Sul, à frente de uma bandeira e chegou a alcançar "as faldas de Buenos-Aires, explorando o sertão

vasto e despovoado, onde encontrou as trilhas dos padres castelhanos pertencentes à Companhia de Jesus".

V — Em princípios do século XVIII, por incumbência do Mestre de campo da praça de Santos, Manuel Gomes Barbosa, e de conformidade com ordens recebidas do govêrno do Rio de Janeiro, o fracalhão Francisco de Castro Morais, foi mandado o incansável brasileiro Sargento-mor Manuel Gonçalves de Aguiar explorar a costa catarinense, de preferência a enseada das Garoupas (Pôrto Belo), a fim de ali se fundar uma cidade e sondar as possibilidades minerais da região. Naturalmente essa resolução foi tomada por saber-se da existência de ouro no **Itajaí**, e no morro do **Tayó**, onde um dos filhos do Capm. Francisco Dias Velho, colonizador da ilha de Santa Catarina, estava a faiscar.

A 11 de fevereiro de 1771, velejava para o sul numa sumaca o Sargento-mor Gonçalves de Aguiar à frente de 50 homens. Durante 14 dias estadiou na enseada das Garoupas vasculhando-lhe as redondezas. Naturalmente o rio Itajaí não deixou de ser examinado.

A respeito da riqueza mineral da região, informava êle que "cinco leguas d'ali (Garoupas) estava a minerar **pobrissimas faisqueiras Miguel Dias de Arzão**", provavelmente irmão ou filho do referido João Dias. Esclarecia ainda que "o rio **Taehi** está ao norte (da dita enseada) e inquerindo dos moradores da ilha de Santa Catarina sobre as minas que ali houve, "me certificaram — diz Aguiar — que se haviam retirado daquela paragem por se haverem acabado as minas, onde em algum tempo se tirava **bastante ouro** e que nas faisqueiras velhas não se tirava nem em que se pudessem sustentar; que tinham notícia da existência nas cabeceiras do rio".

Em a ilha de Santa Catarina, "velhos e moços" certificaram-lhe que de minas não tinham notícia mais que das antigas do rio **Taehi** ... Dizia mais, que "no rio **Taehi** nêle foi morador o capitão Miguel Dias (de Arzão?), sua mãe e irmãos e agora os achei moradores no rio de São Francisco..."

VI — Em 1720 o ouvidor geral de São Paulo, Rafael Pires Pardinho esteve em correição em Santa Catarina. A ele apresentou-se, na póvoa do Destêro, José Pires Monteiro, filho do malogrado povoador da Ilha, o Capm. Francisco Dias Velho, e declarou-lhe que viera a Santa Catarina “com ânimo de haver e fazer diligências de descobrimento de ouro, em que os defuntos seus irmãos ainda em vida de seu defunto pai, acharam nos matos da terra firme (?) de que êle pouca notícia tinha, por ser naquele tempo de tenra idade.”

Que nessa época se prosseguiam nos trabalhos de mineração nas faisqueiras pobres de Paranaguá, São Francisco do Sul, etc., ficamos sabendo pelo ato arbitrário do governador de São Paulo, César de Menezes, proibindo, em 1722, tais atividades, sob tremendas ameaças de prisão, açoites pesados, multas, confiscos de bens e até degrêdo para a Angola por muitos anos. Tudo isto por medo, esclarece-nos Washington Luiz, de uma agressão estrangeira, atraída pelo ouro, e as vilas do litoral, sem defesa, poderiam facilmente prêsas dos piratas. “O remédio empregado era daqueles que cortavam o mal pela raiz; para evitar a moléstia matava-se o doente; para que o ouro não fosse roubado, proibia-se-lhe a extração. O govêrno português assim, porém, não entendeu — podia acontecer que algum ouro escapasse à cobiça estrangeira — e cassou os bandos proibitivos do governador.

VII — Êste, em 1724, determinava ao Capm. mor de Curitiba, Xavier Pizarro, que “passasse à Serra Negra (Ibituruna) com as pessoas de maior experiência daquele sertão a fim de certificar-se do que havia de verdadeiro nos boatos da descoberta de faisqueiras, e disso mandasse ao govêrno prestar minudente relato”, na repartição de datas e na arrematação dos reais quintos de Sua Majestade.

Rodrigo César, em 1726, informava a el-rei que o rendimento das minas de Paranaguá era insignificante.

VIII — O Sargento-mor Francisco de Souza Faria, mandado de Caldeira Pimentel, governador de São Paulo, abrir pelo sertão, entre 1728-30, a estrada que devia ligar Araranguá a Curitiba, transpôs o rio Inhanguera (Y-an-nhamguera, isto é, Rio do diabo velho). Ao referir-se às minas ali existentes, informava: — “Estas são as chamadas minas de Inhanguera tão afamadas como as antigas e ficam no sertão da Enseada das Garoupas (Pôrto Belo) e ilha de Santa Catarina”.

IX — Em 18 de fevereiro de 1749, o Coronel Manuel Escudeiro Ferreira de Souza, governador da Capitania subalterna de Santa Catarina, comunicava à côrte de Lisboa terem chegado do sertão Carlos Marinho, Antônio Marinho de Moura, Vicente Duarte Baião e João Batista de Oliveira com a notícia de haverem encontrado sinais de minas de ouro, das quais contudo não traziam amostra por falta de muitas coisas necessárias.

Pela provisão de 20 de novembro do mesmo ano, foi-lhe respondido que se lhes faria o que pediam em seu requerimento nos limites da justiça e eqüidade, logo que fizessem mais certo o seu descobrimento.

X — O Capitão Antônio Marques Arzão, em o ano de 1775, na companhia de cinco amigos, entrou nos sertões catarinenses da terra firme a fim de descobrir ouro “por notícias que havia de antigos de que eram sertões ricos”. O grupo os farejou durante nove meses e afinal encontrou prata. Deu disso ciência ao governador Coronel Veiga Cabral (1778), que logo informou do achado ao Vice-rei marquês do Lavradio.

Por ordem dêste, ficou Arzão retido durante oito meses no Destêro, de onde se retirou para Lajes. A 3 de junho de 1789, Arzão voltou à capital, onde fêz declaração do achado em presença do Provedor da Fazenda real.

XI — O Comandante da vila de São Francisco do Sul recebia, em 1791, instruções a respeito da exploração de minas. “Não consentirá — rezavam elas — se tirem

nos rios de Itapocu e Tajaí sem apresentarem licença do Ilmo. Exmo. Snr. Vice-rei do Estado, mandada cumprir pelo Snr. Governador e deve ter uma pessoa de confiança dos mesmos moradores de cada um dos rios, para o avisarem de qualquer tentativa que haja sobre este objeto para dar as providências necessárias, além da recomendação que deve ter o Cabo da Guarda da barra do Araquari e o Oficial das Ordenanças da costa de Itapocoroí”.

XII — Referindo-se às produções naturais da Província, Paulo José

Miguel de Brito, em sua preciosa “Memória política”, escrevia em 1816: — “Em conclusão, para não faltar a esta Capitania, até possui nas vizinhanças do rio Tajaí o mais precioso dos metais, o ouro...”

Quanto à existência de minas de ouro e prata na província escreveu Almeida Coelho: — “... diz a Câmara Municipal da cidade do Destêrro, em officio de 25 de setembro de 1829 ao govêrno da província “que no sertão do Rio Itajahy tirava ouro de muito boa qualidade Mateus de Arzão...”

PALMEIRAS

Frederico KILIAN

(Especial para “BLUMENAU EM CADERNOS”)

Sob este título, o jornal “A NAÇÃO”, um dos Diários Associados, que se edita em Blumenau, Santa Catarina, em seu número 20, do dia 26 de janeiro de 1958, traz a seguinte nota:

“PALMEIRAS — Não vimos ainda uma rua arborizada com palmeiras indígenas, escreve o botânico Hoehne, no entanto, cultivamos tantas *Latánias*, *Phoenix*, *Chrysaldecarpus* e *Oreodoxas*.

Porque não havemos de experimentar as palmeiras dos gêneros *Cocos*, *Attaléa*, *Orzignia*, *Trithrinax* e outras para arborização pública e para enfeitar os parques e as praças?

Muitas de nossas palmeiras figuram nas estufas da Europa, e têm sido levadas para a América do Norte e mesmo para a Índia, só nós não lhes voltamos atenção e damos preferências às exóticas.”

Não conhecemos o botânico Hoehne, nem soubemos onde reside, mas estamos certos de que o mesmo nunca visitou a nossa cidade e nem mesmo teve em mãos uma fotografia da nossa antiga Rua das Palmeiras, atualmente denominada Alameda Duque de Caxias, pois do contrário teria feito justiça ao fundador desta cidade, o Doutor Hermann Blumenau, que foi quem mandou plantar as 100 palmeiras do gênero “*Arecastrum romanzoffianum*” (assim identificadas pelo Prof. João Geraldo Kuhlmann, Diretor aposentado do Jardim Botânico do Rio de Janeiro), espécie esta que nasce e cresce em abundância no litoral catarinense, principalmente nas baixadas, mas também com freqüência, até as encostas da Serra Geral.

Em sua primeira excursão que o engenheiro Emilio Odebrecht fez, de 14 de janeiro a 21 de fevereiro de 1863, chefiando uma expedição que tinha por objetivo a exploração dos braços dos rios que formam o nosso rio Itajaí-açu, às suas cabeceiras, constatou êle a existência destes

Antigos moradores de Gaspar

Oswaldo R. Cabral

As recentes pesquisas que realizei nos arquivos, para poder recompor, com base em documentos autênticos, a história de Brusque, por um destes acasos tão frequentes nas buscas históricas, permitiram que viesse parar às minhas mãos um interessante manuscrito, que outra coisa não é senão uma antiga relação de moradores de Gaspar e suas vizinhanças.

Procurando estabelecer pontos de referência, encontrei em Jacinto A. de Matos — **Colonização do Estado de Santa Catarina** — um breve relato sobre uma colônia estabelecida no Itajaí-açu, em terras pertencentes ao Município de Pôrto Belo, em 1835, de acordo com a Lei provincial de 11 de maio do mesmo ano.

Segundo o referido Autor, fracassou de início a tentativa de colonização devido às incursões dos silvícolas, tendo, em 1837, permanecido no local apenas 2 nacionais e 6 estrangeiros, mas no ano seguinte, com o estabelecimento de um posto de pedestres, os colonos foram voltando, de maneira que, dois anos depois, os arraiais do Belchior e do Pocinho já contavam 47 famílias brasileiras e 17 estrangeiras.

O documento agora encontrado

permite-nos citar os nomes de algumas destas famílias e de posseiros de terras na região, pois, em 1842, sendo distribuídos novos lotes a novos moradores, são citados os confrontantes.

Assim, no lugar chamado Estaleiro das Naus do Pocinho já residiam **Fermiano Correia, José Coelho da Rocha, Benigno Lopes Monçam, Francisco da Costa Passos, Joaquim Alexandre de Castro e João Vicente da Silva**; no Arraial do Pocinho, **Manoel Machado, o Padre Francisco Rodrigues, Agostinho Alves dos Santos e Luís Dias de Arzão**; na Volta do Gaspar, possuía o major **Henrique Etur** uma vasta propriedade, **Benedito Rios** ocupava um pequeno retângulo, sendo outros posseiros **Tomé Vieira Barbosa e Antônio Branzuite**, não contando a grande área pertencente ao maior latifundiário de todo o vale do Itajaí, onde contava com numerosas e vastas áreas, **José Henrique Flôres**; no Pedra de Amolar, localizavam-se **Antônio Dias, Antônio Pinto de Carvalho, Carlos Monçam, José Angelo** e os alemães **Pedro Joaquim, João Cloques** e um **Jacó** conhecido por **Jacó Alemão**; na volta do Belchior, eram posseiros **Pedro Dias de Arzão e Adão Miguel** e, acima do

“coqueiros” até nas regiões da Serra do Mirador e acima do Salto Pilão, isto é, nos pontos mais avançados que alcançou naquela exploração.

As duas fileiras de palmeiras *Arecastrum romanzoffianum* que ornaram a nossa Alamêda Duque de Caxias, foram plantadas logo nos primeiros anos da existência da povoação de Blumenau, e assim aí estão estes coqueiros centenários para atestar que existe uma cidade brasileira em que foram utilizadas palmeiras indígenas para a arborização de uma de suas lindas ruas.

Arraial do mesmo nome, **Luciano José de Campos** e **Manoel José Pereira**; na volta da Praia Comprida, arraial do Belchior, **Jacinto Correia**; na Fortaleza, **Joaquim dos Reis** e, acima dela, **José Lisandro**.

Em 1842, de acôrdo com a Lei n.º 11, de 1835, que acreditamos ser a mesma citada por Jacinto A. de Matos, foram distribuídas terras na região a novos colonos. Os lotes eram de tamanho variável, todos com 500 braças de fundos mas com frentes que iam de 90 a 400 braças corridas, sendo mais numerosos os de 200 braças. O curioso documento que encontrei traz o seguinte título: **Mapa das datas de terras distribuídas em virtude da Lei n.º 11, de 1835, aos colonos abaixo relacionados, as quais foram medidas e demarcadas desde o lugar denominado Pocinho, até o Itaupava (sic) de Itajaí, da parte do norte, no Município de Pôrto Belo e cujas confrontações vão à margem declaradas**".

É uma relação de 27 nomes, contendo a área concedida, a sua localização, o rumo das suas linhas divisórias, as confrontações e a data da posse.

Assim, no Estaleiro das Naus: **José Maria da Veiga**, 200 x 500, posse a 16 de junho; **Antônio José de Mendonça**, 300 x 500, posse a 15 de junho, vizinhando com o antecedente e situado aos fundos do arraial; **Francisco Antônio de Oliveira**, 200 x 500, posse a 20 de junho; e **Lisandro Antônio da Rocha**, 150 x 500, posse a 21 de junho.

No arraial do Pocinho, aos fundos: **Vicente Miguel Nunes**, 200 x 500, vizinhando com **Antônio Inácio de Mendonça**; **João Luís Dias de Arzão**, a 15 de setembro, filho de **Luís Dias de Arzão**, 400 x 500 e com êle vizinhando, bem

como com o Padre **Francisco Rodrigues** e com **Agostinho Alves dos Santos**.

Na Volta do Gaspar receberam terras: **João Guilherme**, 200 x 500, a 23 de junho; **José da Costa Passos**, igual tamanho, a 24, vizinhando com o anterior, com o que se segue e com o Major **Etur**; **José Alves dos Santos**, também 200 x 500, a 7 de outubro, entre o referido major e **Benedito Rios**, com frente para o Itajaí; **Manoel Belissimo Rebelo**, 200 x 500, a 29 de outubro, vizinho de seu irmão **José Belissimo Rebelo**, que recebera igual área no dia 26 do mesmo mês; e **Vicente Nunes Cordeiro**, 90 x 1.000 entre **Antônio Branzuite** e a grande propriedade de **José Henrique Flôres**, com frente para o rio, a 5 de dezembro.

Em Pedra do Amolar: **Antônio Mendes de Carvalho**, 200 x 500, a 28 de setembro, vizinhando com **Baltazar Pinto Correia**, que recebeu 400 x 500, na mesma data; seu vizinho, **Nicolau Deixam** (Deschamps?), recebera na véspera, 200 x 500; **João Jacó** recebeu, a 29, área igual; e **Antônio Dias de Moura**, a 3 de outubro, 100 x 500.

Na Volta do Belchior, **José Adão Miguel** recebeu 200 x 500, a 20 de outubro, ao lado do seu irmão **João Adão Miguel**, que recebera igual quantidade, a 21 de junho, vizinhando ambos com seu pai, **Adão Miguel**, e com **Pedro Dias de Arzão**.

Acima do Arraial do Belchior, a 4 de dezembro, **João José Pereira** obteve 140 x 500 e dois dias depois lhe deram por vizinho **José de Oliveira**, que recebeu 100 x 500, na volta da Praia Comprida do dito arraial.

Na Fortaleza, a 20 de outubro localizou-se **Antônio João de Oliveira**, com frente para o rio, 200

x 500, e, finalmente, acima da Fortaleza, depois dêste último, todos de frente para o rio, com 200 x 500 braças cada um, João Gonçalves da Silva (22-10-1842), Tomás da Costa (25-10), José Joaquim dos Reis (28-10), Manoel Moreira (29-11) e Joaquim Moreira (4-12).

Foram estas as distribuições de terras na região, feitas em 1842.

Conta Jacinto A. de Matos que a colônia teve vários Diretores — Agostinho Alves Ramos, João Dias da Silva Mafra, major Henrique Etur e um seu filho, Au-

gusto Frederico Benjamin Etur — mas não possuía regulamento de espécie alguma, nem gozou de favores concedidos aos estabelecimentos coloniais, adiantando que o Dr. Blumenau foi um dos seus moradores.

Em 1854, o Presidente João José Coutinho não a considerava mais como colônia — narra o mesmo Autor — participando os seus moradores da totalidade da população provincial e sujeitos ao regime tributário comum.

O BÓCIO NA BACIA DO ITAJAÍ

Do nosso prezado conterrâneo, Dr. Virgílio Gualberto, Diretor do Departamento de Benefícios do I.A.P.I. acabamos de receber uma interessante monografia, de que êle é um dos ilustrados autores, sôbre “ÁREAS BOCÍGENAS DO BRASIL”. Um trabalho interessante e completo sôbre a incidência do bócio nas várias regiões do país e os meios de que o govêrno está lançando mão para debelar a terrível endemia.

Vemos, por êsse estudo, que Santa Catarina está incluída na grande área bocígena com uma percentagem de incidência de 28,4%, maior que o Paraná com 24,0%, Espírito Santo com 21,5% e o Rio Grande do Sul com apenas 19,5% e menor que o Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás. Minas Gerais e Mato Grosso. Neste último, o índice de incidência vai a 58,9%.

E dentro do nosso Estado, as maiores áreas bocígenas e com relação à percentagem do índice de incidência estadual, são: Bacia do Iguaçu com 41,2%, Joaçaba com 55,6%, Campos de Lajes com 39,4%, Planalto de Canoinhas com 46,3% e a Bacia do Itajaí com 29,9%.

São dados que surpreenderão muita gente, que difficilmente acreditaria nesses índices, não fôsse a autoridade dos técnicos que estudaram o assunto.

E certamente os municípios da Bacia do Itajaí, como os das demais zonas bocígenas, saberão encontrar, na cooperação decidida com as autoridades federais, os meios de reduzir as percentagens de incidência até a total erradicação da endemia.

Agradecemos ao Dr. Virgílio Gualberto a remessa do interessante folheto.

— * —

O PRIMEIRO CÓDIGO DE BLUMENAU — foi publicado a 30 de abril de 1883, em folhetos na tipografia do jornal “Immigrant” e também nas colunas dêsse jornal. O folheto, com 20 páginas, era vendido a 400 réis, equivalentes a 40 centavos atuais.

Efemérides Blumenauenses

FEVEREIRO

1880 - dia 4. A lei provincial n.º 860, desta data, desmembrou do município de Itajaí os territórios das então freguesias de São Pedro Apóstolo de Gaspar e de São Paulo Apóstolo de Blumenau para formarem um município autônomo, com sede na povoação da Colônia Blumenau, que foi elevada à categoria de vila. Assinada pelo governador Olímpio de Souza Pitanga, essa lei foi em grande parte, conseqüência das sugestões do próprio Dr. Hermann Blumenau, fundador da colônia que, durante anos seguidos, afirmava em seus relatórios ao govêrno imperial, a necessidade da emancipação do estabelecimento. Os limites do novo município, permaneceram os mesmos das duas freguesias que o compunham. Judicialmente, ficaria dependente da comarca de Nossa Senhora da Graça de São Francisco. Seria instalado logo que o necessário ao funcionamento das repartições públicas estivesse aparelhado. Os habitantes reger-se-iam pelo Código de Posturas de Itajaí, enquanto não elaborassem os próprios estatutos. A mesma lei criou, também, no novo município um Ofício de Tabelaio do Público, Judicial e Notas, Capelas, Resíduos e escrivão de Órfãos e Ausentes e uma Coletoria de Rendas Provinciais. Uma grande enchente do Itajaí sobreveio em setembro dêsse mesmo ano, causando enormes prejuízos e obrigando a transferência da data da instalação do município para 1883. (Vide caderno n.º 3, página 57).

1883 - dia 11. Reune-se, em sua sessão mensal, a Cultur Verein, uma das sociedades blumenauenses que mais concorreu para o desenvolvimento econômico e intelectual da colônia. Fôra fundada anos atrás pelo sábio Fritz Mueller e outros destacados membros da colônia.

1883 - dia 24. Houve uma reunião para a fundação de uma liga Maçônica. O convite, para essa reunião, estava assinado pelos snrs. Oto Stutzer, Lungershausen e Schaeffer.

1884 - dia 1.º. Teodoro Lueders, que mais tarde foi um dedicado cultor da história Blumenauense, abriu uma casa comercial nesta vila, confiando a gerência a Max Waldow.

1884 - dia 5. Regressou, de sua viagem ao Rio, o Dr. Hermann Blumenau.

1884 - dia 12. Faleceu Guenther Franke, de 51 anos de idade, que tomara parte no contingente de voluntários que, em 1865, seguira para a guerra do Paraguai.

1884 - dia 22. Falece, com 75 anos de idade, Henrique Bichels, um dos mais antigos moradores do Garcia.

1885 - dia 2. É inaugurado, na sala da Câmara, o retrato de Hermann Wendeburg, oferecido pelos seus amigos. O retrato foi pintado pelo artista Wisliscenus, de Duesseldorf. Durante o ato discursaram os

senhores Sametzki, o Dr. Antunes, chefe da Comissão de Engenheiros e o Dr. Fontes, que enaltecera as qualidades do homenageado. Esse retrato ainda se encontra no gabinete do Prefeito e é uma peça artística que o município deve conservar com cuidado.

1885 - dia 22. Com grande solenidade é lançada a pedra fundamental do novo Colégio São Paulo. Discursaram, além do vigário Padre Jacobs, o Dr. Antunes em português e o Sr. Paulo Schwartz em alemão.

1887 - dia 8. O casal Henrique e Juliana Koehler festejam suas bodas de ouro.

1887 - dia 22. Com perto de 70 anos de idade, falece em Destêro, capital da província, o Sr. Fernando Hackradt que, em 1849 viera, como sócio do Dr. Blumenau, para o Vale do Itajaí. Hackradt, depois de dissolver a sociedade com o Dr. Blumenau, associado a Júlio Baumgarten instalou um moinho de vento em Destêro. Foi o fundador da firma Carlos Hoepcke que continua, até hoje, com grande preponderância nos meios comerciais e industriais de Santa Catarina.

1887 - dia 24. Augusto Germer, que na exposição de Berlim apresentara uma original cabana de palmitos, foi premiado pelo Júri respectivo com três medalhas: uma de ouro, outra de prata e outra de bronze.

1887 - dia 28. Falece em Gaspar, às sete horas da noite, o Tenente Coronel José Henrique Flôres, talvez o mais antigo povoador do alto Vale do Itajaí, e grande latifundiário na região. Era avô de Dona Adelaide Konder, mãe dos irmãos Konder, de destacada atuação na vida política do país. Contava 86 anos de idade.

1889 - dia 10. No salão da Sociedade dos Atiradores, realiza-se uma reunião para a fundação de uma Sociedade Escolar. Foram escolhidos para constituírem a Diretoria Provisória, encarregada de organizar os estatutos, os Srs. Probst, Blohm e Scheffer. Foi marcada outra reunião para o dia 17. Num leilão, em benefício da escola, recolheu-se a importância de mais de 500 cruzeiros. Doze espigas de milho renderam 113,60. No dia 17, a sociedade ficou definitivamente fundada sob a denominação de "Schulgemeinde der Vila Blumenau". Entre outras cousas ficou estipulado que o preço das lições seria de Cr\$ 1,50 mensais para aluno da primeira classe e de Cr\$ 1,00 para o da segunda.

O PRIMEIRO PREFEITO DE BLUMENAU foi José Henrique Flôres Filho que, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal governou o município de 1883 a 1887. Flôres Filho, que era descendente do Tenente Coronel José Henrique Flôres, grande latifundiário no Vale do Itajaí, faleceu em consequência de ferimentos sofridos em um desastre de aranha, quando, em 1891, deixava a casa da Coletoria Estadual, da qual era o titular, para a sua residência no Garcia. Era casado com Dona Maria Luíza da Silveira Flôres, não tendo filhos. Deixou, em testamento, todos os bens à sua esposa.

Reminiscências

Frederico KILIAN

Ao ensejo da consagração da nova Igreja Matriz da Paróquia São Paulo Apóstolo de Blumenau, muitos velhos blumenauenses que há longos anos não visitavam mais nossa linda cidade, ao passar pelas ruas centrais e dos bairros, certamente encontrarão muitas coisas mudadas e diferentes, mas não poderão deixar de constatar que Blumenau continua a ser a cidade catita, asseada, das belas residências, encravadas em floridos jardins. Blumenau é e continua ser Blumenau. Não estacionou, evoluiu, progrediu. Uma cidade que fica estacionada, que não progride, fica velha, feia, cai em decadência. Blumenau não, continua formosa, bela, atraente. Ela recebe a ti, oh, velho amigo, com a mesma alegria, o mesmo ar sorridente de outrora. Compreendo e noto em teu semblante, a surpresa, a estranheza que sentes ao avistar novamente tua terra natal. Leio nos teus olhos lacrimejantes pela emoção, as perguntas inexprimidas das coisas passadas, e onde ficou tudo aquilo que estavas acostumado a ver, quando passavas, de calças curtas, descalço, no estreito trilho de gramado fronteiro às casas que marginava a poeirenta Rua 15 de Novembro ou a sombreada Rua do Imperador, assim chamada em honra a D. Pedro II, conhecida por "Kaiserstrasse". É verdade, meu amigo, muito se mudou em Blumenau, nestes últimos 50 anos, mas... convenhamos, mudou para orgulho nosso.

Lembras-te ainda daqueles tempos, do pique-nique que fizemos à Usina Elétrica do velho Frederico Busch, além do morro da Garuba, e voltamos depois por Gaspar, embarcando no vapor "Blumenau"? Que alegria, quando o comandante Hacklander fez soar o apito do vapor ao dobrar a última volta do Itajai-açu antes de alcançar o pôrto. Lá estavam o Laves, o Kanitz, com suas carroças e os carros de molas do Schmidt e do Pauli, a espera dos passageiros e das cargas. Os dois prédios

mais vistosos que chamavam logo a atenção do viajante eram o Hotel Holetz e a Câmara Municipal e entre estes dois prédios a ponte de ferro sobre o Ribeirão Garcia. A ponte desapareceu, deu lugar a uma nova, de concreto armado e o edifício da Prefeitura cresceu, mas o Hotel Holetz ainda é o mesmo e continua a ser uma edificação que agrada à vista e honra o seu idealizador, o arquiteto Henrique Krohberger, que na sua época foi o autor dos mais importantes edifícios de Blumenau. O movimento do pôrto desapareceu. Não existe mais o pôrto, não existe o "Progresso", os rebocadores "Jan" e "Santa Catarina", e o velho vapor "Blumenau" morreu "afogado" na última enchente. O "Richard Paul" e o barco-motor "Gustavo" há muitos anos já que abandonaram o nosso Itajai-açu, para singrarem nas águas salgadas do Oceano Atlântico em serviços de cabotagem. Onde será que ficaram? Recordas-te ainda da "diligência" do Tierling que trazia os escolares da Itoupava Seca a Blumenau? Mas nem todos se utilizavam da "diligência" muitos faziam o percurso a pé. Quantas vezes fomos a pé até Altona aos domingos. Mas antes entrávamos na confeitaria do Katz, onde por um tostão comprávamos um daqueles pães açucarados de massa fina, com leite e ovos, do tamanho destes que hoje custam uns 15 cruzeiros (sem leite e ovos). Seguíamos então pela Rua 15, onde conhecíamos quase todos os moradores. A rua principal de Blumenau naquele tempo ainda tinha um aspecto de vila colonial. Aí estava o Ribeirão Bom Retiro, mais conhecido pelo nome de Canal do Blohm, onde hoje é a Rua Nereu Ramos. Logo após vinha a fábrica de fósforos do Busch e à direita a pequena oficina de escôvas do Kiesel. Esta casa ainda existe, mas a moradia dos Buechele também já desapareceu. Na esquina da "4 de Fevereiro" por muito tempo conhecida com o nome de "Gespens-

terstrasse" (rua dos fantasmas) ainda existe a casa que era do dentista e professor Hertel, porém o Labez já há muito tempo vendeu sua propriedade da outra esquina mudando-se com suas mulas para o Garcia. Um dos prédios que tem resistido aos desbarrancamentos vizinhos é o casarão onde o Herminio Moser tinha seu Hotel e ao lado morava o Carlos Künzer. Passando a casa do Ferraz e chegando à casa do Pauli, na esquina da Rua Bom Retiro, avistava-se a velha Igreja Matriz, com sua torre ponteguda, parecendo o indicador apontando o céu, como que advertindo os fiéis de que nada neste mundo é feito sem a ciência e aquiescência do Criador — Por muitos anos e até bem pouco tempo, êste templo com a sua torre era o sinal característico da cidade de Blumenau, principalmente nas vistas fotográficas tiradas do Jardim Público ou mesmo da Rua 15 de Novembro. A planta e desenho da Igreja Matriz foram feitos pelo arquiteto Henrique Krohberger há precisamente 90 anos, pois a pedra fundamental da Matriz foi lançada no dia 16 de setembro de 1868, quando servia, à pequena comunidade católica de Blumenau o Padre Antônio Zielinski que naquela época era pároco em Gaspar. A construção da igreja durou mais de oito anos, pois somente em 24 de dezembro de 1876, é que se realizou a bênção da Matriz. Na mesma época foi construída também a Igreja Evangélica, também planejada e construída pelo engenheiro e arquiteto Henrique Krohberger. Henrique Krohberger, que chegou a Blumenau em 3 de setembro de 1858, trabalhou aqui desde a sua chegada, em serviços de administração, como colaborador do Dr. Blumenau, exercendo sua atividade como engenheiro, arquiteto, agrimensor e cartógrafo, e, mais tarde, por algum tempo, como Chefe da Comissão de Terras e Colonização em Blumenau. Além da casa de Administração, a atual Prefeitura das duas igrejas, da ponte sobre o Ribeirão Garcia e dos pilares da ponte do Salto, construído e projetou êle quase todos os prédios mais importantes da cidade e dos arredores de Blumenau, além de muitas estradas e pontes

na colônia. Faleceu Henrique Krohberger, no dia 22 de abril de 1914, deixando um grande círculo de parentes e amigos.

A antiga escada que dava acesso à Matriz seguia diretamente da Rua 15 de Novembro, como se fôsse um prolongamento da mesma. Aliás esta escada, certa vez, foi palco da façanha de um ousado chofer que havia apostado com seus colegas que subiria aquela escada com o seu automóvel novo. Ganhou a aposta. Subiu e desceu os degraus da escada. Atrás da Matriz erguia-se o morro do velho cemitério, que não chegou a ser o "descanso eterno" dos restos mortais dos habitantes católicos, falecidos até 1920. Hoje, no mesmo local, depois de arrasada a colina, ergue-se a nova Igreja Matriz. Quem ainda sabe dos nomes daqueles que ali foram levados ao sepulcro, sob as sombras das majestosas palmeiras e dos frondosos ciprestes? Em vão procurarás aquêlê banco no alto da colina onde tantos dos velhos se sentavam para observar a vida que se desenrolava na Rua 15 e meditar sobre a paz reinante naquele recanto sagrado no centro da cidade. Hoje, porém, no mesmo local, poderás ajoelhar-te perante o altar do Senhor e orar pelo descanso eterno das almas daqueles, cujos corpos tiveram que ser removidos para o novo cemitério. Desapareceu o cemitério e também a Matriz com sua torre, mas ficou a Rua 15, agora com outro aspecto, mais turbulenta, irrequieta e mais perigosa. A margem do rio Itajaí-açu não verás mais os pastinhos e os jardins floridos que se estendiam ao redor das casas aí edificadas, nem a velha ferraria do Richter ou a charutaria dos Rothbarth. O pequeno casebre, onde o velho "Papa Hering" iniciou a indústria de camisas de malhas com um só tear tendo, como "operárias" suas filhas, também já não existe mais, porém a indústria nêle iniciada é um dos muitos motivos de orgulho dos blumenauenses, devido a sua organização e também por ter sido, talvez a primeira, que no Brasil introduziu uma modelar assistência social em favor de seus operários, que ainda hoje mantêm ao lado da previ-

dência concedida pelas leis trabalhistas.

Encontrarás, porém, ainda a casa de dois andares, uma das poucas da Rua 15, de então que pertencia ao comerciante Gustav Baumgart e o prédio do antigo "Club Germania", local onde se reuniam os velhos blumenauenses para o seu "Skat" e sua cerveja vespéral. Uma figura típica que pontualmente, pelas 5 horas da tarde, passava pela Rua 15 era a do velho Blohm, que com passos lentos, apoiado em sua bengala com castão de marfim, se dirigia ao "Club Germania". Nenhum menino deixava de tirar o chapéu perante aquêlê varão, que gozava o respeito de todos por sua retidão e honestidade. Oh, mocidade de hoje, vocês ainda sabem demonstrar o devido respeito aos cidadãos probes de vossa cidade? Os vossos professores ainda vos dão lições de educação moral e cívica? Ou será que o desuso do chapéu ou do bonê colegial vos privou da possibilidade de manifestar o vosso respeito e a vossa reverência?

Mas não é só a Rua 15 que mudou a sua feição nestes 50 anos, outras ruas e bairros mudaram muito mais. Ali temos a Alameda Rio Branco, a antiga "Kaiserstrasse", que, através de uma atual fotografia, tu não reconhecerias mais. Como ficou larga e bem tratada. Antes era estreita, as casas e casebres ficavam bem afastadas do leito da estrada. Lembra-te ainda da casinha de madeira, onde o velho Christoph Schone tinha sua barbearia? Este barbeiro era um racista inveterado. Não suportava judeu nem negro. Ao lado de seu espelho embaciado havia colocado um cartaz com os dizeres: "Judeus e Negros não serão atendidos!!!" Nas horas vagas êle fazia bonecos de engonços, de papelão, que vendia para a gurizada que se reunia na porta da barbearia, para ouvir as histórias que êle

gostava de contar para a petizada. Não morou muito tempo na alameda, pois as águas da enchente de 1911, viraram sua casa e quando o Itajaí baixou, encontrou-a com o assoalho para cima e todas as telhas esparamadas e quebradas pelo chão. Poucas eram as casas da alameda naquela época, e onde o velho Cunha tinha sua chácara e o Gieseler seus terrenos, no fim da alameda, hoje se ergue um vistoso bairro residencial. Também o pasto de gado do açougueiro Holetz, no Bom Retiro não é mais reconhecível, pois transformou-se num dos mais aprazíveis bairros de Blumenau. Belos palacetes e lindos jardins dão-lhe um aspecto pitoresco. O que não mudou muito foi a parte central da Rua das Palmeiras. Lá ainda encontrarás, na época própria, aquela imensidade de coquinhos e os garotos continuam a colhê-los do chão para os chupar, depois de limpar o pó na manga da camisa. Só não encontrarás mais o velho Teatro "Frohsinn", em cuja varanda sempre, em certas tardes da semana, estavam sentados o velho Stutzer, o Zittlow, Lungershausen e outros no "Skat". Também a casa do farmacêutico Reinhold Anton e o casarão que foi um dos primeiros hotéis de Blumenau, o prédio do Schreep, tiveram que dar lugar a novas e modernas construções, mas a ferraria do Kielwagen e a casa da Dona Edith Gaertner ainda se mantêm no mesmo estado. A "ponte do pastor", no fim da Rua das Palmeiras, coberta de zinco, também foi substituída por um bueiro largo, de concreto. E assim, meu caro amigo, vagando pelas ruas e bairros da tua velha Blumenau, que não ficou velha, mas tornou-se cada vez mais vistosa, encontrarás ainda muitos recantos que avivarão tua memória e incitarão tua mente para outras reminiscências.

Em 1842, Antônio da Silva Mafra, morador em Destêrro e Joaquim da Silva Mafra, morador em Itajaí, requereram ao govêrno da Província 1.500 braças de terras em quadro acima do salto do rio Itajaí e uma ilha que terá umas 300 braças em quadro, extremando com as terras que haviam sido concedidas ao Tenente Coronel Agostinho Álvares Ramos.



Êsse mesmo rio, para cujas margens
Há cem anos atrás, esperançoso e altivo,
Trazias braços que amanhassem a terra
E inteligências que civilizassem o êrmo;

Êsse mesmo rio, em cujas águas claras
Se espelharam toscos ranchos primitivos
E colonos jovens, idealistas, fortes,
Suados se banhavam ao pôr do sol;

Êsse mesmo rio, que gerou desgraças
Mas também fartura e abundância
Corre ainda hoje a teus pés.

Então o contemplavas no mortal invólucro
Angustiado pela dúvida, pelo temor insano
Do fracasso do teu ideal magnificente.

Hoje o vês cantando junto ao pedestal
Do brônzeo corpo em que fulguras
Imortal na realidade augusta do teu sonho.

Jofer

Figuras do Presente

Hercilio Deeke



Esta página, como já tivemos ocasião de afirmar, se destina a homenagear aqueles filhos do Vale do Itajaí que, pelos seus esforços, pela sua inteligência, continuam trabalhando pela grandeza da sua terra, pelo bem estar do seu povo.

Evitamos aproveitá-la para focalizar nomes de políticos em atividade a fim de que não se interprete mal o nosso gesto. Fazemos questão fechada de não tratar de política ou de políticos ainda vivos nestes cadernos.

O relêvo que aqui queremos dar à atuação de Hercilio Deeke na vida econômica e social do Vale do Itajaí, não deve, pois, ser traduzida como homenagem ao ex-presidente da Câmara, ao ex-prefeito de Blumenau, ao deputado federal, ao atual secretário da fazenda do governo Jorge Lacerda.

Homenageamos, isso sim, o cidadão que nunca deixou de sobrepôr aos seus próprios interesses particulares os da comuna que o viu nascer, os da Pátria que êle continua honrando com o seu trabalho, com as suas iniciativas e realizações. Sempre

pronto a auxiliar os empreendimentos que visem ao engrandecimento e à glorificação da nossa terra. Hercilio Deeke prossegue, no presente, a obra de seus antepassados que, ao lado do Dr. Blumenau, foram magníficos auxiliares na concretização dos planos do fundador da colônia.

Como o velho Frederico Deeke, incansável nos seus propósitos de livrar, pela pacificação dos índios, a colônia dos constantes assaltos dos botocudos que infestavam os seus arredores; idealista, amante da natureza, sonhando com a industrialização do chumbo do Garcia; e como José Deeke, outro benemérito que soube aliar virtudes cívicas a uma inteligência dedicada ao culto e à propaganda das belezas do passado blu-

menauense, Hercilio vem se entregando, vitoriosamente, à batalha pelo mesmo ideal de grandeza da comuna que deve quase tudo do seu progresso unicamente aos esforços dos seus próprios filhos.

Aos que estudam o passado de Blumenau e a vida dos homens que o criaram, não escapa a semelhança da atuação dos Deeke que passaram já à posteridade, com a dos que continuam hoje enaltecendo, enriquecendo e honrando o Vale do Itajaí. Enriquecendo-o e honrando-o com uma atividade constante, idealista, que merece ser destacada e louvada.

E é essa razão porque o retrato do Hercilio Deeke merece aparecer na nossa galeria de figuras ilustres do presente blumenauense.

Gabriel Soares, no seu "Roteiro do Brasil", escrito em 1587, assim se refere aos Carijós, que eram os índios que habitavam a costa catarinense: "Este gentio possui esta costa desde o rio da Cananéa, onde parte com os Guaianazes; em a qual se fazem uns aos outros mui contínua e cruel guerra, pelejando arcos e flechas que os Carijós sabem tão bem manejar como seus vizinhos e contrários. Este gentio é domestico, pouco belicoso, de boa razão; segundo seu costume não come carne humana, nem mata a homens brancos que com eles vão regatear, sustentam-se de caça e pesca que matam e de suas lavouras que fazem, onde plantam mandioca e legumes, como os tamoios e tupiniquins. Vivem estes índios em casas bem cobertas e tapadas com cascas de árvores, por amor do frio que ha naquelas partes. Esta gente é de bom corpo, cuja linguagem é diferente da dos seus vizinhos, fazem suas brigas com os contrários em campo descoberto, especialmente com os Guaianazes, com quem teem suas entradas de guerra; e como os desbaratados se acolhem ao mato, se teem por seguros porque nem uns nem outros sabem pelejar por entre êle. Costuma este gentio no inverno lançar sôbre si umas peles de caça que matam, uma por deante outra por detraz; teem mais muitas gentilidades, manhas e costumes, como os Tapuias, em cujo titulo se contam muito particularmente."

— * —

As comunicações entre as Vilas da Província, em 1824 (depois da fundação de Itajaí, portanto) e destas com Destêrro, à capital, eram geralmente feitas por mar, de canoas e lanchas. O caminho que existia à beira-mar, aproveitando as extensas praias, estava, naquela época, quase intransitável. O presidente João Antônio Rodrigues de Carvalho que, em considerações muito oportunas, dirigiu um memorial ao Govêrno do Rio de Janeiro, sugerindo a abertura (era a reabertura) de uma estrada para Lajes, passando pelas cabeceiras do Itajaí, assim fala do estado do referido caminho: "As estradas que se dirigem a esta cidade (Destêrro) são mesmo a beira-mar, péssimas por pantanosas e difíceis por alguns montes sem benefícios, o que causa um trabalho insano para quem viaja por terra."

— * —

A estrada de rodagem que segue de São Francisco para a capital do Estado, passando por Itajaí, foi mandada abrir em 1736 pelo ouvidor de Paranaguá, Manoel dos Santos Lobato. Essa estrada, com pequenas alterações, ainda é, nos dias de hoje, a primitiva.

A bacia do Itajaí e seus problemas econômicos

A rodovia Itajaí-Blumenau

Acompanhando sempre a margem direita do grande Itajaí, a estrada que do pôrto de sua foz segue para o planalto, passando por Blumenau, é de vital importância para o desenvolvimento da vastíssima e rica zona banhada por aquêlo curso d'água e seus afluentes.

Drenando quase tôda a produção agrícola e industrial da bacia itajaiense para o embarcadouro que a técnica vem melhorando sempre mais, essa estrada suporta um tráfego de centenas de veículos pesados, diários, carregados dos mais variados produtos, dentre os quais avultam a madeira, o arroz, o fumo, as manufaturas, sem levar em conta as mercadorias importadas de outros centros do país e do estrangeiro que êsses veículos transportam no seu retôrno.

Entre Blumenau e Itajaí, principalmente, o tráfego é intenso. Centenas de milhares de toneladas rodam todos os dias, para baixo e para cima; milhares de passageiros lotam os muitos ônibus que fazem linha para a capital do Estado, para o pôrto e para as praias.

A inauguração do trecho ferroviário entre as duas grandes cidades, veio desafogar, na época, êsse tráfego. Mas com o constante progresso da zona servida pela rodovia; com o prolongamento desta para as ferazes terras do Oeste, onde ferve uma população operosa e produtiva, tanto uma como o outro, requerem cuidados e melhoramentos constantes para que não surjam embaraços danosos à circulação fácil e segura da volumosa riqueza de áreas tão promissoras.

Felizmente, o govêrno do Estado, tanto o atual como os que o antecederam, têm compreendido bem a importância vital dêsse meio de comunicação para a economia de Santa Catarina e do país e vão fazendo muito para melhorar-lhe, sempre mais, as condições de tráfego.

Os serviços, entretanto, se arrastam com uma morosidade e indecisão enervantes. O corte de uma curva neste ano; a retificação de um trecho no outro; a elevação de partes do leito hoje; amanhã muros de arrimo nas barrancas do rio e assim os tempos vão passando sem que se complete obra de tanta relevância. Não existe, para ela (como, infelizmente, não existe para muitos outros grandes empreendimentos por êste Brasil afora) um plano bem estudado, bem traçado que o govêrno realizasse, sem soluções de continuidade, fôsse qual fôsse o homem que estivesse à frente de administração, sem as mudanças de orientação que tanto prejudicam o bom andamento dos serviços e eternizam uma obra que em poucos anos poderia estar definitivamente concluída.

Desgraçadamente o que se vê é bem diferente do que em realidade deveria ser.

Hoje, um governador pensa em calçar a rodovia com paralelepípedos e dá comêço aos serviços. Vem o fim do período dêsse mandatário e o que sobe acha que melhor será asfaltá-la. Um terceiro possivelmente resolverá que o cimento adapta-se melhor à solução do problema, tanto mais agora que uma grande indústria dessa matéria prima para construções está sendo levantada às margens do rio próxima à estrada.

E nesse "é melhor isso, é melhor aquilo", o tempo vai-se escoando e a rodovia continuando esburacada, cheia de curvas, provocando trepidação louca, dificultando o tráfico, causando prejuízos de grande monta.

Não há dúvida de que a questão de saber-se se é melhor o asfalto, ou o paralelepípedo, ou o cimento, para o revestimento da estrada, é de suma importância. Mas é questão que deve ser, bem ou mal, resolvida, assentada definitivamente, sem as indecisões que, até aqui, têm sido regra. A indecisão, muitas vezes, é mais prejudicial que uma resolução mal tomada.

Iniciar-se o calçamento da rodovia com paralelepípedos para, depois de grande trecho já pronto, achar-se mais conveniente completar o revestimento com asfalto é que não nos parece cousa sensata.

Somos dos que entendem que o granito, em paralelepípedos, é o revestimento ideal para a rodovia Itajaí-Blumenau. E o trecho já construído desde a ponte do Itajaí-mirim até a fábrica de cimento é disso uma prova mais que convincente. Suportando, há vários anos, um tráfego intenso e pesado, conserva-se ainda inalterado, perfeito. O asfalto já estaria esburacado, necessitando reparos constantes.

O calçamento a paralelepípedos requer, é verdade, trabalho mais demorado, mais moroso. Mas não seria preferível esperar dois ou três anos mais pelo término do calçamento com pedras, e tê-lo perfeito, seguro, resistente, duradouro, do que acabá-lo em menos tempo com asfalto, sujeito a conservas e consertos constantes?

Muito pior que a demora dos paralelepípedos é a que causa a indecisão que tem caracterizado as providências da administração pública.

No geito em que vão planejadas e executadas as coisas, teremos obras e melhoramentos nesse pequeno trecho rodoviário, por mais outro século ainda. Um já decorreu desde que o Dr. Blumenau, com as minguadas verbas que lhe fornecia o govêrno provincial, deu comêço à abertura do caminho que ligaria a sua colônia com o nosso principal pôrto marítimo.

Em 1886, o jornal "Volks Zeitung", de Berlin, referindo-se à exposição que, naquele ano, foi feita na Alemanha, escreveu: "Um colono de Blumenau teve a feliz lembrança de estabelecer o seu bazar em um rancho, igual aos que os imigrantes brasileiros ocupavam no mato. Esse rancho blumenauense é feito de varas de palmito, coberto de palha e ornado com musgos. Os palmitos e as palhas da cobertura são amarrados com cipó que tem a mesma resistência das nossas cordas. O cipó, que é um vegetal muito comum ali, não apodrece nem bicha e o proprietário do rancho teceu, com êle, o assento de banco comprido. No rancho blumenauense, vendem-se peles de animais selvagens, plumagem de aves multicores, chapéus de palha, minerais e borboletas douradas e azuis. Causaram sucesso o vinho de laranjas brasileiro e a cachaça de cana. Ao lado dos ricos produtos agrícolas havia amostras de carvão e ferro, materiais necessários às indústrias de base."

— * —

A CULTURA DA COCHONILHA andava em cogitações do sábio Fritz Mueller, que, segundo um jornal da época, queria introduzi-la, em 1881, em Blumenau.

As
INDÚSTRIAS DE BLUMENAU

*não se limitam a concorrer
para a crescente grandeza
econômica do Brasil.*

*Elas se orgulham, ao
mesmo tempo, de produzir
os melhores artigos fabri-
cados no País.*

Cooperação da
"Eletro Aço Altona S/A"
Caixa Postal, 30 - Blumenau

Blumenau em Cadernos

Mensário dedicado à história e aos interesses do Vale do Itajaí

Assinatura 12 números Cr\$ 100,00

Número avulso Cr\$ 10,00

Administração e responsabilidade de Luiz Ferreira da Silva.

Tôda a correspondência deverá ser dirigida a

Blumenau em Cadernos

Caixa Postal, 425

BLUMENAU — S. CATARINA

INDESMALHAVEIS

INDESMALHAVEIS

LINGERIE

CAMISAS

CALÇAS

CAMISETAS

DE FINÍSSIMO JERSEY

MAFISA

ARTIGOS SUPERIORES

DA

MALHARIA BLUMENAU S. A.

BLUMENAU

RUA PANDIÁ CALÓGERAS, 270

End. Telegráfico: MAFISA

Caixa Postal, 88

Fábrica de Gazes Medicinais Cremer S/A

Rua Iguaçu n.ºs 291 e 363 — Caixa Postal, 80

Fone 1332



GAZES E ATADURAS MEDICINAIS

ATADURAS GESSADAS

ALGODÃO HIDRÓFILO

FRALDAS PARA BEBÊS

FAIXAS HIGIÊNICAS PARA SENHORAS

ARTIGOS DE PRIMEIRA QUALIDADE

